bro, que o mesmo é dizer, permanência na categoria anterior (assistente administrativo principal) durante pelo menos três anos, classificados de *Bom*.

11 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar no presente concurso são os seguintes:

11.1 — Entrevista profissional de selecção e avaliação curricular.

11.2 — A classificação final é a resultante da média aritmética obtida pela classificação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{EPS + AC}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

EPS = entrevista profissional;

AC = avaliação curricular.

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção constarão das actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11.4 — Publicação — as listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Concelho, para os efeitos previstos nos artigos 34.º, 35.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Formalização da candidatura — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal da Guarda e enviado pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente na Repartição de Recursos Humanos, do qual constarão os seguintes elementos de identificação: nome, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, profissão, habilitações literárias, bilhete de identidade e número de contribuinte fiscal.

12.1 — O requerimento deverá ser instruído com os documentos comprovativos dos requisitos mencionados no n.º 10, os quais poderão ser dispensados para admissão ao concurso se o candidato declarar no próprio requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das condições referidas nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12.2 — O disposto no número anterior não impede que seja exigida aos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

12.3 — Os candidatos poderão ainda apresentar declarações em que especifiquem quaisquer circunstâncias susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

12.4 — Os funcionários pertencentes aos serviços ou organismos para cujos lugares o concurso é aberto são dispensados da apresentação de documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual, nos termos do n.º 4 do artigo 19.º do diploma legal atrás referido.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Vítor Manuel Fazenda dos Santos, vereador do município da Guarda.

Vogais efectivos:

1.º José Alberto Sales Afonso, director do Departamento Financeiro do Município da Guarda.

2.º Amélia Maria Marques Simão da Silva, chefe da Divisão das Finanças do Município da Guarda.

Vogais suplentes:

1.º Maria Joaquina Antunes Barbeira Afonso, técnica principal de contabilidade e administração do município da Guarda.

2.º Alexandra Manuela Ferreira Lourenço, técnica de 2.ª classe de contabilidade e administração do município da Guarda.

Nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e os vogais efectivos serão substituídos pelos vogais suplentes.

14 — Dando cumprimento ao despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, declara-se que, em cumprimento da alínea h) do artigo n.º 9 da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*. 1000307305

Aviso

Reclassificação profissional

Joaquim Carlos Dias Valente, presidente da Câmara Municipal da Guarda, torna público que, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em conjugação com o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, por meu despacho, de 17 de Outubro de 2006, foi reclassificada a funcionária Anunciação Pereira Mendes dos Santos, auxiliar de serviços gerais, posicionada no escalão 5, índice 170, com o vencimento de € 539,17, para a carreira de auxiliar administrativa, escalão 5, índice 170, com o vencimento de € 539,17.

A reclassificação supra-referida foi efectuada ao abrigo do artigo 2.º, alínea e), do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e produz efeitos a partir da data da aceitação da mesma pela funcionária, que deve ocorrer nos 20 dias seguintes à publicação do presente aviso. Publique-se no *Diário da República*.

18 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*. 1000307309

Aviso

Contratação a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 23 de Outubro de 2006, foram celebrados contratos a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com início em 24 de Outubro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com as seguintes trabalhadoras:

Auxiliares de refeitório:

Maria Alcina Simão Terras.

Natividade Martins de Almeida Pires.

(Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*. 1000307307

Aviso

Contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 2 de Outubro de 2006, foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, a tempo parcial, pelo período de um ano, com início em 9 de Outubro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, para exercer funções de tarefa no jardim-de-infância itinerante do concelho da Guarda com Maria de Jesus Rocha Meireles Matias. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*. 1000307308

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Edital

Alteração de operação de loteamento — Discussão pública

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 2282/06, em nome de Hernâni Teixeira Cruz de Matos, lote 4, do loteamento titulado pelo alvará n.º 02/86, localizado na Rua Central de Frejufe, freguesia de Silva Escura, com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar nos Serviços Administrativos de Obras Particulares e Loteamentos desta Câmara Municipal.